



*REGIMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM DIVERSIDADE
CULTURAL E INCLUSÃO SOCIAL*



SUMÁRIO

CAPÍTULO I	3
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	3
CAPÍTULO II	3
DO CONCEITO E DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA	3
CAPÍTULO III	5
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PROGRAMA	5
Seção I	5
Da Vinculação e Administração	5
Seção II	6
Do Colegiado	6
Seção III	7
Da Comissão de Coordenação do Programa	7
Seção IV	9
Do Coordenador	9
Seção V	10
Do Núcleo de Pós-Graduação Stricto Sensu	10
Seção VI	12
Dos Representantes Discentes	12
CAPÍTULO IV	13
DO CORPO DOCENTE, DISCENTE E DA ORIENTAÇÃO DO PROGRAMA... ..	13
Seção I	13
Do Corpo Docente	13
Seção II	15
Dos Orientadores e dos Co-Orientadores do Programa	15
Seção III	16
Do Corpo Discente	16
Seção IV	16
Do Aluno Especial	16
SEÇÃO V	17
Do Aluno Bolsista	17
CAPÍTULO V	17
DO REGIME DIDÁTICO DO PROGRAMA	17
CAPÍTULO VI	19
DA ESTRUTURA DO PROGRAMA	19
CAPÍTULO VII	22
DO INGRESSO E DA ADMISSÃO NO PROGRAMA	22
Seção Única	22



Da Inscrição	22
CAPÍTULO VIII.....	23
DA TRANSFERÊNCIA E DO APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS, DO	23
TRANCAMENTO DE MATRÍCULA E DO DESLIGAMENTO DO PROGRAMA	23
Seção I.....	23
Da Transferência.....	23
Seção II.....	23
Do Aproveitamento de Créditos	23
Seção III.....	24
Do Trancamento de Matrícula.....	24
Seção IV.....	25
Do Desligamento do Programa	25
CAPÍTULO IX.....	26
DA REDAÇÃO, DO ENCAMINHAMENTO, DA DEFESA E AVALIAÇÃO DA	26
DISSERTAÇÃO OU TESE E DA HOMOLOGAÇÃO DO TÍTULO	26
Seção I.....	26
Da Redação da Dissertação ou Tese	26
Seção II.....	26
Do Encaminhamento da Dissertação ou da Tese	26
Seção III.....	27
Da Defesa da Dissertação ou da Tese.....	27
Seção IV.....	27
Da Avaliação da Dissertação ou da Tese	27
Seção V.....	28
Da Homologação do Título.....	28
CAPÍTULO X.....	28
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS, GERAIS E TRANSITÓRIAS	28



CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Regimento dispõe sobre as normas de organização e de funcionamento do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social (PPGDI), em nível de Mestrado Acadêmico e de Doutorado.

CAPÍTULO II

DO CONCEITO E DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA

Art. 2º. O PPGDI tem como objetos de investigação a Diversidade e a Inclusão social, tratados epistemológica e metodologicamente sob a perspectiva interdisciplinar, visando formar docentes e pesquisadores, a partir do domínio do conhecimento científico, de processos, métodos e de técnicas de pesquisa.

Art. 3º. Dos objetivos dos Cursos de Doutorado e Mestrado em Diversidade e Inclusão:

I. Do objetivo geral do Doutorado:

produzir conhecimentos avançados no campo da diversidade e da inclusão social de indivíduos e grupos, a partir da compreensão das suas formas de organização social, dos processos identitários e manifestações culturais, das relações com o Estado, das políticas públicas, da saúde e da qualidade da vida, com o intuito de formar pesquisadores aptos a intervir, por meio do conhecimento científico, na defesa da diversidade e da inclusão social, dos direitos individuais e coletivos, dos processos participativos e das políticas públicas.

II. Dos objetivos específicos do Doutorado:

- desenvolver estudos avançados no âmbito da Diversidade e da Inclusão e de suas inter-relações com a linguagem e a tecnologia; as instituições governamentais e as políticas públicas; a saúde e a qualidade de vida, com vistas

a fortalecer uma área interdisciplinar que contribua para a produção de conhecimento e a qualificação docente;

- gerar conhecimentos científico-tecnológicos, sob uma perspectiva interdisciplinar, com foco em Diversidade e Inclusão;
- formar para a prática da pesquisa, dando ênfase à formação e à investigação no âmbito interdisciplinar;
- formar pesquisadores que possam subsidiar a implantação e a implementação de políticas, programas e ações de diversidade e inclusão social e de promoção da qualidade de vida no âmbito local e regional;
- fomentar e aprofundar a investigação da linguagem e suas tecnologias nas práticas sociais produzidas e percebidas pela sociedade contemporânea, a partir da intersecção dos estudos da diversidade cultural e dos processos de exclusão/inclusão;
- interagir com o setor público e privado a fim de articular, conjuntamente, mudanças relativas à inserção social de indivíduos e grupos e à melhoria de sua qualidade de vida;
- compartilhar conhecimentos gerados no espaço do Programa com outras regiões, em nível nacional e internacional, para que sejam aplicados na promoção social de indivíduos e grupos, bem como na melhoria da qualidade das condições de vida da população.

III. Do objetivo geral do Mestrado:

- analisar conceitos e processos relativos à diversidade e à inclusão social de indivíduos e grupos a partir da compreensão das suas formas de organização social, dos processos identitários e manifestações culturais, das relações com o Estado, das políticas públicas, da saúde e da qualidade da vida, com o intuito de formar docentes e demais profissionais aptos a desenvolver, por meio do conhecimento científico, atividades de ensino, projetos e ações que tenham como foco a diversidade e a inclusão social.

IV. Dos objetivos específicos do Mestrado:

- desenvolver estudos no âmbito da Diversidade e da Inclusão e de suas inter-relações com a linguagem e a tecnologia; as instituições governamentais e as políticas públicas; a saúde e a qualidade de vida, com vistas a fortalecer uma área interdisciplinar que contribua para a qualificação da prática docente;
- formar para a prática docente, dando ênfase à formação e à investigação no âmbito interdisciplinar;
- promover reflexões críticas sobre as linguagens, as tecnologias, as organizações sociais, as instituições governamentais, as políticas públicas, a saúde e a qualidade de vida, a partir dos conceitos de diversidade e inclusão;
- formar docentes e profissionais capazes de contribuir com a formulação de políticas públicas em diversidade e inclusão.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PROGRAMA

Seção I

Da Vinculação e Administração

Art. 4º. O PPGDI está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, nos termos do Regimento da Feevale.

Art. 5º. O PPGDI é apoiado pelos Institutos Acadêmicos da Feevale e é administrado pela Coordenação do Programa, pela Comissão de Coordenação e pelo Colegiado do Programa, sendo os registros acadêmicos efetuados pelo setor de Registro Acadêmico da Universidade e os demais pelo Núcleo de Pós-Graduação Stricto Sensu.



Seção II

Do Colegiado

Art. 6º. O Colegiado do Programa é constituído pelos docentes e pela representação discente.

§ 1º. O Colegiado é presidido pelo Coordenador do Programa.

§ 2º. Na ausência do Coordenador, o Colegiado será presidido pelo Coordenador Substituto ou pelo membro mais antigo da Comissão de Coordenação do Programa presente na reunião, nesta ordem.

§ 3º. O Colegiado reunir-se-á ordinariamente por convocação do Coordenador ou, extraordinariamente, por requerimento ou convocação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros, no mínimo uma vez por semestre.

§ 4º. A convocação para as reuniões do Colegiado será nominal, efetuada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contendo a indicação precisa da pauta a ser tratada, cópias dos documentos a serem apreciados e cópia da ata da reunião precedente para aprovação.

§ 5º. O Colegiado deliberará por maioria simples, quando presente a maioria absoluta dos seus membros.

§ 6º. As deliberações ocorrerão por votação simbólica, por voto nominal ou por voto secreto conforme maioria simples.

§ 7º. A Presidência do Colegiado, além do voto como membro do respectivo Colegiado, terá o voto de qualidade nos casos de empate.

§ 8º. Quando houver inexistência de *quórum* até 30 (trinta) minutos após o horário marcado para seu início, a reunião será suspensa e outra, imediatamente convocada, respeitado o disposto no § 4º deste artigo.

Art. 7º. O comparecimento dos membros do Colegiado às reuniões regimentalmente convocadas é obrigatório, salvo motivo justificado e de inequívoca importância.

Parágrafo único: a justificativa deve ser enviada com até 24 horas de antecedência a Coordenação do Programa.

Art. 8º. São atribuições do Colegiado do Programa:

- I. cumprir e fazer cumprir este Regimento;
- II. analisar e aprovar o Regimento do Programa;
- III. propor modificações neste Regimento por deliberação da maioria absoluta de seus membros;
- IV. cumprir a obrigatoriedade de indicar os nomes que deverão compor a lista tríplice para Coordenador e Coordenador Substituto e eleger os membros, da Comissão de Coordenação;
- V. estabelecer as diretrizes gerais do Programa;
- VI. deliberar sobre assuntos pertinentes ao Programa;
- VII. contribuir com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), no processo de avaliação institucional;
- VIII. apreciar a avaliação do Programa executada pela Comissão de Coordenação e pela CPA;
- IX. deliberar sobre os recursos interpostos às decisões do Coordenador e da Comissão de Coordenação.

Seção III

Da Comissão de Coordenação do Programa

Art. 9º. A Comissão de Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social é constituída por Membros Natos e Membros Eletivos:

- I. são Membros Natos, o Coordenador do Programa e o Coordenador Substituto;

II. são Membros Eletivos, três professores do corpo permanente, indicados para representar cada uma das linhas de pesquisa.

§ 1º. O Coordenador do Programa, a quem cabe a representação institucional, e o Coordenador Substituto são designados pelo Reitor, a partir de lista tríplice elaborada pelo Colegiado do Programa, mediante votação.

§ 2º. Os professores que integram a Comissão de Coordenação são indicados pelos componentes de sua linha de pesquisa e designados pelo Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 10º. São atribuições da Comissão de Coordenação do Programa:

- I. cumprir e fazer cumprir este Regimento;
- II. assessorar o Coordenador no que for necessário para o funcionamento do Programa;
- III. elaborar o calendário e o planejamento anual do Programa;
- IV. estabelecer anualmente a disponibilidade de Orientadores;
- V. propor o número de vagas para o Programa;
- VI. deliberar sobre os processos de seleção, admissão e transferência de alunos, aproveitamento e convalidação de créditos obtidos em outros Programas de Pós-Graduação, dispensa de disciplinas, trancamento de matrícula, readmissão, renovação de matrícula e assuntos correlatos;
- VII. promover a seleção dos candidatos ao Programa;
- VIII. propor o elenco de disciplinas e suas respectivas ementas e cargas horárias;
- IX. avaliar e aprovar a indicação dos professores responsáveis por disciplinas;
- X. atribuir créditos por atividade complementares realizada pelo discente que seja compatível com o Programa;

- XI. deliberar sobre a criação e a supressão de áreas de concentração e de linhas de pesquisa;
- XII. deliberar sobre a aplicação dos recursos financeiros destinados ao Programa;
- XIII. elaborar e executar um plano regular de avaliação das atividades do Programa, em consonância com a Avaliação Institucional;
- XIV. elaborar normativas complementares ao Regimento do Programa;
- XV. designar comissões relatoras e relatores *ad hoc*;
- XVI. propor modificações neste Regimento ao Colegiado;
- XVII. apreciar os recursos interpostos às decisões de Professores, Orientadores, Comissões Orientadoras, Bancas de Avaliação e Coordenador do Programa;
- XVIII. homologar os resultados das Bancas de Avaliação das dissertações ou das teses;
- XIX. apresentar as solicitações referentes aos custos de infraestrutura física e de recursos humanos ao Instituto Acadêmico;
- XX. deliberar sobre a composição da Comissão de Bolsas do Programa.

Seção IV

Do Coordenador

Art. 11º. O Coordenador é indicado pelo Reitor, a partir de lista tríplice, e seu mandato é de 03 (três) anos, podendo ser reconduzido.

Art. 12º. São atribuições do Coordenador:

- I. cumprir e fazer cumprir este Regimento;
- II. dirigir e coordenar o Programa;
- III. dirigir e coordenar a Comissão de Coordenação do PPGDI;

- IV. convocar e presidir as reuniões da Comissão de Coordenação do Programa;
- V. convocar os alunos regularmente matriculados no Programa, para eleição da representação discente;
- VI. encaminhar ao Pró-Reitor a lista tríplice dos indicados para a Coordenação e o nome dos membros eleitos para a Comissão de Coordenação do Programa, para que proceda aos devidos encaminhamentos;
- VII. articular-se com os órgãos superiores da Feevale para o acompanhamento, execução e avaliação das atividades do Programa;
- VIII. encaminhar ao Colegiado os resultados da avaliação do Programa;
- IX. incentivar a obtenção de recursos orçamentários e financeiros para o Programa;
- X. coordenar as aplicações dos recursos financeiros e materiais destinados ao Programa, obedecendo às normas das instâncias superiores da Feevale;
- XI. apresentar ao Instituto Acadêmico as solicitações referentes à implementação de recursos humanos e de infraestrutura física;
- XII. acompanhar o emprego dos recursos financeiros e materiais destinados ao Programa;
- XIII. representar o Programa em eventos internos e externos à Feevale;
- XIV. deliberar, juntamente com os professores orientadores e os coordenadores de cursos de graduação, sobre estágio de docência;
- XV. acompanhar os procedimentos relativos aos estágios pós-doutorais, tanto dos professores do programa quanto dos visitantes.

Seção V

Do Núcleo de Pós-Graduação Stricto Sensu

Art. 13º. O Programa contará com o suporte de um núcleo de Pós-Graduação Stricto Sensu dotado de infraestrutura que permita o atendimento regular e permanente das demandas do Corpo Discente e Docente e do público externo.

Art. 14º. Ao Núcleo de Pós-Graduação Stricto Sensu compete:

- I. executar as tarefas que lhe forem atribuídas pela Coordenação do Programa e pela assessoria de Pós-Graduação;
- II. providenciar as documentações necessárias às sessões de qualificação das dissertações e das teses e de defesa das dissertações e teses;
- III. manter em dia os registros do pessoal docente, discente e administrativo do Programa;
- IV. distribuir e arquivar os documentos relativos à atividade didática e à administrativa;
- V. contribuir para a elaboração de relatórios de prestação de contas e de relatórios financeiros em conjunto com os setores competentes da Feevale;
- VI. organizar e manter atualizada a coleção de leis, portarias, circulares e outros documentos que regulamentam o Programa;
- VII. contribuir com a atualização do inventário dos equipamentos e materiais do Programa;
- VIII. interagir com os demais setores da Instituição para repassar-lhes informações e orientações vinculadas ao Programa;
- IX. proceder à lavratura das atas das sessões de qualificação das dissertações ou das teses e das sessões de defesa das dissertações ou das teses;
- X. elaborar e gerar relatórios com informações para análise gerencial da Coordenação do Programa, da Pró-Reitoria e de comissões;
- XI. acompanhar o registro do lançamento das disciplinas no Plano de Ensino pelos docentes do Programa;

- XII. auxiliar o Coordenador no registro dos docentes, responsáveis pelas disciplinas e orientações do Programa, no sistema de alocação de carga horária;
- XIII. auxiliar na composição dos documentos a serem enviados à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – e em seu encaminhamento;
- XIV. proceder à inscrição dos candidatos ao Programa e à matrícula dos alunos;
- XV. distribuir e arquivar documentos relativos à atividade acadêmica;
- XVI. atender às solicitações do público interno e externo;
- XVII. prover a disponibilização de recursos de infraestrutura e de material audiovisual para os docentes e discentes do Programa.
- XVIII. encaminhar a documentação necessária para a certificação do título dos concluintes dos Cursos de Mestrado e de Doutorado.

Seção VI

Dos Representantes Discentes

Art.15º. Os Representantes Discentes (um do Mestrado e outro do Doutorado) serão eleitos anualmente, para o Mestrado, e bianualmente, para o Doutorado, pelos alunos regularmente matriculados no Programa, por votação, em reunião especificamente convocada pelo Coordenador do Programa, e ser por ele empossado, tendo como atribuições:

- I. cumprir e fazer cumprir este Regimento;
- II. integrar o Colegiado do Programa;
- III. representar os alunos perante o Colegiado do Programa;
- IV. participar das reuniões do Colegiado;
- V. participar das reuniões da Comissão de Bolsas.



§ 1º. O representante do corpo discente terá mandato de um ano, para o Mestrado, e de dois, para o Doutorado, não podendo ser reconduzido.

CAPÍTULO IV

DO CORPO DOCENTE, DISCENTE E DA ORIENTAÇÃO DO PROGRAMA

Seção I

Do Corpo Docente

Art. 16º. O Corpo Docente do Programa é constituído por Professores Permanentes, Colaboradores e Visitantes, detentores do título de Doutor ou equivalente, obtido na forma da lei, que integrem o quadro de pessoal docente da Feevale, ou de outra Instituição de Ensino Superior (IES), os quais serão indicados pelo Colegiado do Programa, em conformidade com as normas que regulamentam a Pós-Graduação no país e na Instituição.

- I. Professores Permanentes: docentes ou pesquisadores que constituem o núcleo principal de docentes do Curso de Mestrado e/ou de Doutorado.
- II. Professores Colaboradores: docentes ou pesquisadores que participam de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes, independentemente do fato de possuírem ou não vínculo com a Instituição.
- III. Professores Visitantes: docentes ou pesquisadores com vínculo funcional-administrativo com outras instituições, que, mediante acordo formal, sejam liberados de suas atividades por um período contínuo de tempo e em regime de dedicação integral, para participarem de projetos de pesquisa, de atividades de ensino, de extensão ou de orientação.

§ 1º. Para serem credenciados como Professores Permanentes, os docentes deverão desenvolver atividades de ensino na pós-graduação e/ou na graduação, participar de projetos de pesquisa em temas correlatos às linhas de pesquisa do

Programa, orientar alunos de mestrado ou doutorado do Programa e apresentar produção científica qualificada.

§ 2º. Integram a categoria de docentes colaboradores os demais membros do corpo docente do Programa que não atendam a todos os requisitos para serem enquadrados como docentes permanentes.

§ 3º. O processo de credenciamento, de descredenciamento ou de credenciamento de docentes dar-se-á, preferencialmente, a cada 03 (três) anos e embasar-se-á em avaliações sistemáticas, em que serão consideradas a regularidade, a quantidade e a qualidade da produção científica, bem como a coerência das atividades de pesquisa, ensino e orientação em relação às linhas do Programa.

§ 4º. O processo de credenciamento, de descredenciamento ou de credenciamento de docentes será realizado de acordo com as resoluções e portarias que regulamentam a pós-graduação no país e na Instituição.

Art. 17º. Compete aos membros do Corpo Docente:

- I. desenvolver projetos de pesquisa no âmbito das linhas definidas pelo Programa;
- II. orientar dissertações e/ou teses, mediante indicação da Comissão de Coordenação do Programa;
- III. apresentar relatório de atividades quando solicitado;
- IV. manter atualizado o currículo lattes;
- V. dedicar-se ao ensino de pós-graduação atuando em disciplinas no âmbito das linhas definidas pelo Programa;
- VI. dedicar-se à pesquisa e ter produção científica continuada, com publicação em veículos científicos qualificados;
- VII. participar de reuniões administrativas, acadêmicas ou demais atividades do Programa ou do Colegiado quando solicitado ou convocado;
- VIII. integrar comissões e bancas;

- IX. submeter projetos de pesquisa às agências externas de fomento;
- X. cumprir deliberações das instâncias superiores do Estatuto e Regimento da Feevale, bem como deste Regimento.

Seção II

Dos Orientadores e dos Co-Orientadores do Programa

Art. 18º. Os orientadores deverão ter o título de Doutor ou equivalente, dedicar-se ao Ensino e à Pesquisa, ter produção científica continuada e relevante e serem credenciados pela Comissão de Coordenação, para posterior homologação pelo órgão competente da Feevale.

§ 1º. Os Orientadores poderão estar incluídos na categoria de professores Permanentes, Colaboradores ou Visitantes.

§ 2º. Professores da Feevale ou de outras instituições, que satisfizerem as exigências do *caput* deste artigo, poderão ser credenciados como Co-orientadores.

Art. 19º. São atribuições do Orientador:

- I. cumprir e fazer cumprir este Regimento;
- II. orientar o aluno na organização de seu plano de estudo e em seu Projeto de Dissertação ou de Tese e assistir a ele em sua formação;
- III. acompanhar a vida acadêmica do aluno, inclusive no que diz respeito à prática docente, se for o caso;
- IV. propor à Coordenação a composição da Banca de Avaliação da Dissertação ou da Tese e a data da defesa;
- V. presidir a Banca de Avaliação das dissertações ou das teses de seus orientados;
- VI. verificar e acompanhar com o aluno, as possíveis modificações sugeridas pela Banca de Avaliação da Dissertação ou da Tese;

VII. encaminhar ao Núcleo de Pós-Graduação Stricto Sensu o parecer de avaliação das bancas de qualificação e defesa de dissertações e teses.

Art. 20º. É atribuição do Co-orientador orientar o aluno sobre o tema de seu conhecimento específico.

Parágrafo Único - É vedada a participação do Co-orientador como avaliador na banca examinadora da Dissertação ou da Tese.

Seção III

Do Corpo Discente

Art. 21º. O Corpo Discente será constituído pelos alunos regularmente matriculados no Programa.

Art. 22º. O aluno, regularmente matriculado, participará da avaliação continuada conforme o Programa de Avaliação Institucional.

Seção IV

Do Aluno Especial

Art. 23º. Considera-se aluno especial aquele que, por meio de requerimento, matricular-se em disciplinas do PPGDI, sem vínculo regular com o Programa.

§ 1º. O ingresso do aluno especial somente se dará após homologação de seu pedido pela Comissão de Coordenação do Programa.

§ 2º. O aluno especial poderá cursar no máximo 03 (três) disciplinas do Programa, no nível (Mestrado e/ou Doutorado).

§ 3º. A matrícula do aluno especial na(s) disciplina(s) está condicionada à aprovação dos professores da Comissão de Coordenação.

§ 4º. O aluno especial receberá atestado de frequência e aproveitamento nas disciplinas cursadas.

§ 5º. O aluno especial poderá passar à condição de aluno regular somente após ser aprovado no processo de seleção, podendo solicitar aproveitamento dos créditos obtidos nas disciplinas cursadas sob a condição de aluno especial.

§ 6º. O aluno especial participará da avaliação continuada conforme o Programa de Avaliação Institucional.

SEÇÃO V

Do Aluno Bolsista

Art. 24º. O aluno bolsista submeter-se-á, além das regras da Feevale, às orientações da entidade concedente da bolsa ou taxa.

§ 1º. A reprovação, em qualquer disciplina, de aluno apoiado com bolsa ou taxa, acarretará a perda do benefício, ficando o beneficiário obrigado a ressarcir o investimento feito indevidamente em seu favor, de acordo com a legislação federal vigente.

CAPÍTULO V

DO REGIME DIDÁTICO DO PROGRAMA

Art. 25º. A integralização do currículo do PPGDI será expressa em unidades de crédito.

§ 1º. Cada crédito corresponde a 15 (quinze) horas-aula.

§ 2º. Os créditos obtidos terão validade de 8 (oito) anos.

Art. 26º. Os professores responsáveis pelas disciplinas deverão avaliar os alunos utilizando nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), conforme Regimento da Feevale.

§ 1º. O aluno que obtiver, no mínimo, nota 7,0 (sete) em qualquer disciplina, fará jus ao número de créditos a ela atribuídos.

§ 2º. O aluno que obtiver média final menor do que 7,0 (sete) ou frequência inferior a 75% em qualquer disciplina deverá repeti-la, constando, no histórico escolar, a nota posteriormente obtida.

§ 3º. O aluno que agir em desacordo com os preceitos legais, morais e éticos da Universidade Feevale, expressos na RESOLUÇÃO CONSU N.º 01/2016, entre os quais o que proíbe a prática de plágio em produções acadêmicas, será reprovado.

Art. 27º. O aluno deverá matricular-se em todos os semestres, incluindo o da entrega da Dissertação ou Tese.

Art. 28º. Será facultado ao aluno desenvolver seu projeto de pesquisa em outra instituição conveniada, desde que supervisionado pelo Orientador e acompanhado regularmente por um Co-orientador vinculado à instituição que o recebe, atendido o prazo de conclusão do Programa, disposto neste Regimento.

Art. 29º. Será facultado ao aluno cursar disciplinas em outros Programas de Pós-Graduação, podendo contar com, no máximo, nove (09) créditos devidamente homologados pela Comissão de Coordenação do Programa, atendido o prazo de conclusão do Programa, disposto neste Regimento.

Art. 30º. A matrícula do aluno regular e do especial será efetuada obedecendo ao calendário anualmente estabelecido pela Comissão de Coordenação do Programa.

Art. 31º. O cancelamento de matrícula em disciplinas será concedido mediante a aprovação do Orientador e da Comissão de Coordenação do Programa.

Art. 32º. O professor responsável pela disciplina deverá lançar, no diário eletrônico, as notas finais e as frequências dos alunos, obedecendo ao calendário do Programa.

CAPÍTULO VI

DA ESTRUTURA DO PROGRAMA

Art. 33º. O currículo do PPGDI é constituído de vinte e quatro (24) créditos no Mestrado e de trinta e seis (36) créditos no Doutorado.

§ 1º. Para a obtenção do título de Mestre, o aluno deve completar o número mínimo de créditos exigidos pelo Programa, assim distribuídos:

- I. doze (12) créditos em disciplinas obrigatórias;
- II. doze (12) créditos em disciplinas eletivas;

§ 2º. Para a obtenção do título de Doutor, o aluno deve completar o número mínimo de créditos exigidos pelo Programa, assim distribuídos:

- I. doze (12) créditos em disciplinas obrigatórias;
- II. vinte e quatro (24) créditos em disciplinas eletivas, os quais poderão incluir o aproveitamento de créditos de cursos de mestrado.

Art. 34º. O prazo mínimo para a conclusão do Mestrado é de 12 meses e do Doutorado é de 24 meses; o prazo máximo para a conclusão do Mestrado, incluindo a defesa da Dissertação, é de 24 meses, e o do Doutorado, incluindo a defesa da Tese, é de 48 meses.

§ 1º. Excepcionalmente, a Comissão de Coordenação poderá autorizar a prorrogação da defesa da Dissertação ou Tese por, no máximo, seis (6) meses, mediante solicitação formal do aluno, devidamente autorizada pelo orientador, se o aluno

- apresentar, juntamente com seu orientador, justificativa formal plausível e convincente à Comissão de Coordenação do Programa;

- tiver sido aprovado em exame de qualificação;
- tiver sido aprovado em exame de proficiência.

§ 2º. É vedada a prorrogação da defesa da Dissertação ou Tese para o aluno bolsista.

§ 3º. O aluno que obtiver autorização para prorrogar a defesa da Dissertação ou Tese deverá matricular-se em “Complementação de Orientação”, assumindo os encargos financeiros advindos da solicitação de prorrogação.

Art. 35º. É exigida do aluno, em até doze (12) meses após ter ingressado no Programa, comprovação de proficiência em uma língua estrangeira, para o nível de Mestrado, e de duas línguas estrangeiras, para o nível de Doutorado, podendo optar entre o Inglês, o Espanhol, o Francês, o Alemão ou o Italiano.

§ 1º. O aluno poderá solicitar aproveitamento de proficiência por meio de requerimento junto ao Atendimento Feevale. O aproveitamento estará sujeito a análise da Comissão de Coordenação do Programa.

§ 2º. Será dispensado de realizar prova de proficiência o aluno que comprovar nota mínima de 7,0 em prova de proficiência em Língua Estrangeira na sua habilitação aplicada a alunos de cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* em outras instituições brasileiras de ensino superior, não ultrapassando o prazo de oito (08) anos da data de sua realização.

§ 3º. Será dispensado de realizar prova de proficiência o aluno que comprovar Nível Avançado em língua estrangeira, por meio de certificado de proficiência em língua estrangeira, emitido por instituições de outros países, não ultrapassando oito (08) anos da data de sua realização.

§ 4º. Será dispensado de realizar prova de proficiência o portador de Diploma de Licenciatura ou Bacharelado em Letras Estrangeiras.

§ 5º. O aluno estrangeiro deverá comprovar proficiência formal em leitura, interpretação e redação de textos em Língua Portuguesa.

Art. 36º. O aluno deverá elaborar, juntamente com o Orientador, seu projeto ou artigo para qualificação da Dissertação ou Tese, obedecendo aos prazos deste regimento.

§ 1º. Em casos de inequívoca importância, justificada pelo Orientador, a Comissão de Coordenação poderá prorrogar o prazo de apresentação do Projeto de Dissertação ou de Tese.

§ 2º. Os projetos envolvendo seres humanos como objeto de pesquisa deverão ser encaminhados, preferencialmente, para a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa, da Feevale.

Art. 37º. Até o limite máximo de seis (06) meses antes da defesa da Dissertação e até o limite máximo de doze (12) meses antes da defesa da Tese, o aluno deverá passar pelo processo de qualificação, perante a Comissão Examinadora, proposta pelo Orientador.

§ 1º O não atendimento desse prazo, implicará reprovação na prova de qualificação.

§ 2º Na eventualidade de uma reprovação no exame de qualificação, o aluno terá quarenta e cinco dias para submeter-se a novo exame de qualificação.

§ 3º Duas reprovações no exame de qualificação acarretam no desligamento do aluno do Programa.

§ 4º. A Comissão Examinadora da sessão de qualificação da Dissertação será composta, além do orientador do aluno, por dois professores, podendo um deles ser externo à Instituição.

§ 5º. A Comissão Examinadora da sessão de qualificação da Tese será composta, além do orientador do aluno, por dois professores, sendo um deles, obrigatoriamente, externo à Instituição.

§ 6º. Até vinte (20) dias antes da data do exame de qualificação, o candidato, com a anuência do orientador, deverá entregar o trabalho escrito impresso ao Núcleo de Pós-Graduação Stricto Sensu.



Art. 38º. A conclusão do Curso de Mestrado ou de Doutorado será efetivada quando a Dissertação ou a Tese for aprovada pela Banca de Avaliação, observadas as demais normas específicas deste Regimento.

CAPÍTULO VII DO INGRESSO E DA ADMISSÃO NO PROGRAMA

Seção Única Da Inscrição

Art. 39º. A inscrição no processo de seleção para ingresso no Programa em Diversidade Cultural e Inclusão Social deverá obedecer aos procedimentos divulgados pela Comissão de Coordenação do Programa, por meio de edital.

§ 1º. O ingresso no Doutorado poderá ocorrer, excepcionalmente, em fluxo contínuo.

§ 2º. A Comissão de Coordenação examina e decide sobre o ingresso de estudantes estrangeiros, observada a legislação vigente.

Art. 40º. O processo de seleção dos candidatos inscritos será coordenado pela Comissão de Coordenação e será realizado conjuntamente com membros do colegiado, obedecendo às etapas definidas pela Comissão de Coordenação e divulgadas através de edital.

Art. 41º. Para admissão no Programa, o candidato deverá ter sido aprovado no processo de seleção, comprometer-se em cumprir este Regimento e apresentar os seguintes documentos:

- I. diploma de curso superior devidamente registrado, no caso de estudantes brasileiros, ou devidamente reconhecido, se estrangeiros, para qualquer

nível do Programa; ou documento que comprove a conclusão de todas as disciplinas com data prevista para a colação de grau e assinar termo de compromisso para a entrega do certificado de conclusão até do início do período letivo.

- II. documento comprobatório de conclusão de curso de mestrado recomendado pela CAPES, ou revalidado no Brasil, caso tenha sido concluído em instituição estrangeira, para os candidatos ao doutorado;

Parágrafo Único - Excepcionalmente, a critério do colegiado, pode ser dispensada a exigência do título de mestre aos candidatos ao doutorado que estejam inseridos no Programa e que apresentem bom desempenho acadêmico e/ou profissional e alta produção científica.

CAPÍTULO VIII

DA TRANSFERÊNCIA E DO APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS, DO TRANCAMENTO DE MATRÍCULA E DO DESLIGAMENTO DO PROGRAMA

Seção I

Da Transferência

Art. 42º. Serão aceitos pedidos de transferência de alunos de outros Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, devidamente reconhecidos pela CAPES, observados os critérios estabelecidos neste Regimento e desde que haja disponibilidade de vagas no Programa.

Parágrafo Único - Caberá à Comissão de Coordenação do PPGDI a análise e a deliberação sobre as solicitações referidas no *caput* deste artigo.

Seção II

Do Aproveitamento de Créditos

Art. 43º. No Mestrado, são passíveis de aproveitamento as disciplinas realizadas em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* devidamente reconhecidos pela CAPES, observado o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do total de créditos do Curso.

Art. 44º. No Doutorado, são passíveis de aproveitamento as disciplinas realizadas em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* devidamente reconhecidos pela CAPES, observado o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do total de créditos do Curso.

Parágrafo Único - Os pedidos de aproveitamento de créditos de disciplinas serão avaliados pela Comissão de Coordenação do PPGDI, observados os seguintes critérios:

- I. a disciplina deve ter sido ministrada por professor detentor de título de doutor;
- II. a disciplina deve ter conteúdo programático que apresente aderência à proposta do Programa;

Seção III

Do Trancamento de Matrícula

Art. 45º. O aluno deverá encaminhar a solicitação de trancamento de matrícula à Comissão de Coordenação, com a anuência do orientador.

§ 1º. O período máximo de trancamento da matrícula é de um semestre letivo.

§ 2º. Será permitido ao aluno trancar matrícula até duas (2) vezes, desde que a solicitação seja aprovada pela Comissão de Coordenação.

§ 3º. Não há possibilidade de trancamento de matrícula antes da conclusão de uma das disciplinas obrigatórias e nem durante o período de vigência de prorrogação de prazo para a conclusão do Curso.

§ 4º. Será concedida a prorrogação do prazo para integralização dos créditos e a conclusão do Programa, mediante encaminhamento do orientador e com a autorização da Comissão de Coordenação.

§ 5º. Decorridos os prazos regimentais, o reingresso somente será possível mediante aprovação em novo processo de seleção.

Seção IV

Do Desligamento do Programa

Art. 46º. Será desligado do Programa o aluno que

- I. obtiver nota inferior a sete (7,0) duas vezes na mesma disciplina;
- II. não renovar matrícula a cada semestre ou após o período de trancamento;
- III. não comprovar proficiência em língua estrangeira em conformidade com o prazo previsto neste Regimento;
- IV. for reprovado duas vezes no Exame de Qualificação;
- V. não cumprir os requisitos e os prazos máximos previstos para a conclusão do Mestrado ou do Doutorado;
- VI. agir em desacordo com as normas disciplinares para a comunidade acadêmica, previstas na RESOLUÇÃO CONSU N.º 01/2016, entre as quais a prática de plágio no relatório de qualificação e na redação da Dissertação ou Tese.

Parágrafo Único - Se tiver integralizado os créditos e tiver qualificado a dissertação, sem ter efetivado a defesa, conforme os prazos estabelecidos neste regimento, o aluno poderá requerer Certificado de Especialização em Diversidade Cultural e Inclusão Social, processo que será avaliado pela Comissão de Coordenação do Programa, desde que abdique da possibilidade de reingresso em qualquer um dos níveis do Programa em Processos em Diversidade Cultural e Inclusão Social.



CAPÍTULO IX

DA REDAÇÃO, DO ENCAMINHAMENTO, DA DEFESA E AVALIAÇÃO DA DISSERTAÇÃO OU TESE E DA HOMOLOGAÇÃO DO TÍTULO

Seção I

Da Redação da Dissertação ou Tese

Art. 47º. A redação da Dissertação e da Tese deverá observar as normas Institucionais.

Seção II

Do Encaminhamento da Dissertação ou da Tese

Art. 48º. O aluno encaminhará, ao Núcleo de Pós-Graduação Stricto Sensu, 20 dias antes da defesa, um exemplar da Dissertação ou da Tese.

§ 1º. O exemplar será acompanhado de ofício do Orientador propondo a composição da Banca de Avaliação e a data da defesa da Dissertação ou da Tese, bem como de um artigo, decorrente da Dissertação ou da Tese, a ser encaminhado para publicação.

§ 2º. A data da defesa e a composição a banca da Dissertação ou da Tese será analisada pela Coordenação.

§ 3º. O Núcleo de Pós-Graduação Stricto Sensu deverá encaminhar as cópias da Dissertação ou da Tese para os membros da Banca de Avaliação.

§ 4º. O não cumprimento de qualquer artigo do presente regimento impedirá o encaminhamento da Dissertação ou da Tese.



Seção III

Da Defesa da Dissertação ou da Tese

Art. 50º. A conclusão do PPGDI será efetivada pelo exame da Dissertação ou da Tese em defesa pública, na presença da Banca de Avaliação, cuja sessão será presidida pelo Orientador.

§ 1º. A avaliação da Dissertação ou Tese poderá ser realizada por vídeo conferência ou, em casos especiais, por meio de parecer escrito, mediante aprovação da Coordenação do Programa.

§ 2º. Em caso de opção por confidencialidade, a banca poderá ser fechada por deliberação da Comissão de Coordenação.

Seção IV

Da Avaliação da Dissertação ou da Tese

Art. 51º. A avaliação da Dissertação será realizada por uma Banca, constituída de pelo menos dois (02) membros, detentores do título de Doutor, sendo pelo menos um externo à Instituição.

Art. 52º. A avaliação da Tese será realizada por uma Banca, constituída de três (03) membros, detentores do título de Doutor, sendo pelo menos dois externos à Instituição.

Art. 53º. A Dissertação ou a Tese será aprovada ou reprovada pela Banca de Avaliação.

§ 1º. Não será permitido novo exame da Dissertação ou da Tese em caso de reprovação do aluno.

§ 2º. Os componentes da Banca de Avaliação, presidida pelo orientador, deverão assinar a ata de defesa da Dissertação ou da Tese.

Seção V

Da Homologação do Título

Art. 54º. Para fins de homologação, o aluno encaminhará ao Núcleo de Pós-Graduação Stricto Sensu uma cópia encadernada da versão final da Dissertação ou da Tese e uma cópia digital com as devidas modificações sugeridas pela Banca de Avaliação, acompanhadas de ofício do Orientador, em prazo não superior a sessenta (60) dias após a data da defesa.

§ 1º. A não homologação da Dissertação ou da Tese impedirá a edição do ato formal de conclusão do Programa pela Comissão de Coordenação, implicando a não concessão do diploma.

§ 2º. É vedada a emissão de qualquer documento pela Comissão de Coordenação que ateste a conclusão do curso de Mestrado e Doutorado sem a devida homologação da Dissertação e Tese.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS, GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 55º. Os casos omissos deste Regimento serão avaliados pela Comissão de Coordenação pelo Colegiado do Programa, ouvidas as instâncias superiores competentes da Instituição.

Art. 56º. Este Regimento entrará em vigor quando homologado pelo Conselho Universitário da Feevale.



Art. 57º. Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Hamburgo, fevereiro de 2017.